

À ILUSTRÍSSIMA AUTORIDADE SUPERIOR COMPETENTE DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO,

Pregão Eletrônico nº 90011/2025
Processo Administrativo nº 28.387/2024

SAMTRONIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 58.426.628/0001-33, com sede na Rua Venda da Esperança, nº 162 – Socorro – São Paulo/SP, por intermédio de seu representante legal já habilitado nos autos, vem, respeitosamente, interpor o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da decisão proferida no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90011/2025, pelos fundamentos a seguir expostos:

I – DO OBJETO DO CERTAME

O certame em referência tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição, sob demanda, de equipos e seringas para bomba de infusão, conforme descrito no edital e seus anexos.

II – DO PONTO IMPUGNADO

O edital, de forma expressa, estabelece que os equipos ofertados devem:

“Possuir dispositivo de segurança (trava/clamp) para evitar fluxo livre da solução.”

Trata-se de exigência objetiva, clara e de caráter eliminatório, relacionada à segurança do paciente e à conformidade técnica do produto.

III – DA IRREGULARIDADE NA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DA EMPRESA LIFEMED

Verifica-se que os equipos ofertados pela empresa Lifemed não apresentam o dispositivo de segurança na forma de trava/clamp, tal como exigido de maneira inequívoca no edital.

A ausência desse componente obrigatório compromete o atendimento ao requisito técnico previsto no Termo de Referência, uma vez que não se trata de mera característica acessória, mas sim de condição essencial à segurança do produto, conforme destacado no próprio instrumento convocatório.

IV – DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública está vinculada às condições estabelecidas no edital, sendo vedada a flexibilização ou relativização de exigências técnicas de atendimento obrigatório.

A aceitação de produto que não atende integralmente às especificações editalícias configura violação ao princípio da isonomia, da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, previstos no art. 5º, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021.

V – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer a esta comissão que:

Seja reconsiderada a decisão que aceitou a proposta da empresa Lifemed;

Seja promovida a desclassificação da proposta, diante da ausência do dispositivo de segurança (trava/clamp) exigido expressamente no edital;

Sejam assegurados o estrito cumprimento das normas editalícias e os princípios que regem a Administração Pública, em especial os da legalidade, da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.

Termos em que,

Pede deferimento.

.

São Paulo, 27 de agosto de 2025